



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 12 a 18 de outubro de 2015



CTASP aprova criações de cargos no Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo

Portal TRT/ES - editado

A CTASP aprovou, em Reunião Deliberativa Ordinária desta quarta-feira (07/10), o PL 2744/2015 que cria um cargo de desembargador, dez cargos de analistas judiciário e cinco cargos em comissão nível CJ-3 no TRT-ES.

Para o presidente do TRT-ES, desembargador José Carlos Rizk, o momento é histórico. "Agradecemos toda a equipe do Tribunal em especial ao vice-presidente do TRT-ES, Marcello Maciel Mancilha, ao juiz auxiliar da presidência, Geraldo Rudio Wandenkolken, ao relator do projeto e deputado federal Bebeto (PSB-BA), que sempre foi solícito com o nosso Regional, e ao empenho pessoal do juiz do trabalho do TRT-ES, Adib Pereira Netto Salim". A inclusão extrapauta e apreciação do projeto foi fruto da articulação realizada também pelo deputado Ademir Camilo (PROS-MG), encampada pelo Presidente da Comissão, deputado Benjamin Maranhão (SD-PB) e

apoiada por diversos parlamentares sensíveis aos desafios enfrentados pela Justiça do Trabalho, entre os quais os deputados Bebeto (PSB-BA) e o deputado Laercio Oliveira (SD-SE), relatores de projetos de interesse da Justiça do Trabalho apreciados na oportunidade.

A reunião deliberativa contou ainda com a presença do Presidente do Coleprecur (Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho) e do TRT da Bahia, desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, que foi convidado a tomar assento à mesa pelo presidente da Comissão. O desembargador aproveitou a oportunidade para registrar sua gratidão em nome do Tribunal Superior do Trabalho, "queremos registrar nossa gratidão a esta Casa que tão bem tem entendido os reclamos de uma sociedade que já conta com 1 milhão de desempregados".

Reajuste de 16% no salário de ministros do STF

Agência Câmara Notícias - editado

A CTASP aprovou proposta que reajusta o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em 16,38%, sendo 8,19% a partir de janeiro de 2016 e mais 8,19% a partir de março. O reajuste do subsídio dos ministros da Corte, usado como teto salarial do funcionalismo público, terá impacto em todo o Judiciário. De acordo com a Constituição, os salários dos ministros do STJ e de juízes de segunda e primeira instâncias são calculados a partir do que é pago aos ministros do STF. O texto aprovado é o substitutivo do deputado Laercio Oliveira (SD-SE) ao Projeto de Lei 2646/15, apresentado pelo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski. O ministro informou que o impacto da proposta será de R\$ 2,77 milhões no âmbito do Supremo e de R\$ 717 milhões

no Poder Judiciário da União.

A comissão já havia rejeitado, no dia 23 de setembro, o parecer favorável do deputado Benjamin Maranhão (SD-PB). Na ocasião, o deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS) elaborou parecer pela rejeição da matéria.

Este parecer contrário foi rejeitado quarta-feira (07), sendo aprovado o voto em separado do deputado Laercio Oliveira, pela aprovação, com substitutivo. Segundo o parlamentar, a remuneração dos magistrados encontra-se defasada, tendo em vista que o valor atualmente praticado não repõe a totalidade das perdas inflacionárias acumuladas entre 2006 e 2014. Ele afirma que a inflação acumulada no período foi de 69,61%, enquanto o aumento efetivo no mesmo tempo foi da ordem de 37,80%.

Gestores apontam benefícios do trabalho a distância no serviço público

Agência Câmara Notícias - editado

A CTASP discutiu em audiência pública o PL2723/15, do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), que regulamenta a modalidade de trabalho remoto - conhecida também por teletrabalho ou home office - no serviço público, em funções que não lidam com o público externo e nas quais seja possível adotar sistemas de produção mensuráveis e mecanismos de controle.

PROJETOS EM PRÁTICA

O diretor de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil, Carlos Alberto Araújo Netto, relatou a experiência do banco - que começou este ano no setor de tecnologia e será ampliada no próximo ano para outras áreas - e apontou um ganho de 38% em produtividade. "Modernidade é antecipar tendências. E o home office é uma tendência que veio para ficar. Ganhamos não só em produtividade, mas também na satisfação pessoal dos nossos colaboradores", afirmou Netto.

O diretor relatou que mais de 100 servidores do BB aderiram ao programa. "Temos uma servidora em São Paulo que gastava quase quatro horas por dia para ir e voltar do trabalho e hoje produz muito mais trabalhando em casa, ganhando para si esse tempo todo que perdia com deslocamento".

O Tribunal de Contas da União (TCU) adotou desde 2012 um programa de escritório remoto, do qual participam hoje 486 servidores, de um total de 2,7 mil.

O deputado Daniel Vilela destacou que o home office é tendência mundial, tanto na iniciativa privada - que está mais avançada na adoção do trabalho a distância - quanto no serviço público. No entanto, a legislação trabalhista brasileira pode dificultar a expansão do modelo. "Temos de encontrar meios de conciliar as questões trabalhistas com essa nova modalidade de trabalho. Não podemos engessar nossas regras e perder a oportunidade de ganhar em produtividade, qualidade de vida para os servidores e sustentabilidade, já que há uma redução no volume de carros no trânsito. Além disso, o teletrabalho gera também economia para os órgãos públicos - com alugueis, por exemplo -, que é algo que toda gestão deve buscar constantemente", afirmou Vilela.

Todos os convidados destacaram que o home office trouxe como benefício extra o ganho em modernização nos órgãos.

Perfil do Parlamentar

Deputado Bebeto Galvão



O deputado Bebeto nasceu em Uruçuca-BA e foi criado em Ilhéus. Na década de 80 começou trabalhar nas indústrias de cacau de Ilhéus, lutou contra a exploração dos trabalhadores pelas empresas, organizou o Sindicacau e garantiu proteção e direitos para a categoria na condição de dirigente e presidente. Ingressou na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), onde estudou História. Em seguida, Bebeto foi eleito o vereador mais jovem da história de Ilhéus. A luta por democracia e pelos direitos civis e políticos da sociedade é parte da trajetória de Bebeto. Promoveu mudanças no imaginário e na consciência da população. Também foi assessor de Relações Instituições da Secretaria de Governo de Ilhéus.

Hoje, Bebeto é o presidente do Sintepav-Bahia e sua gestão é marcada pela superação e luta em defesa do direito dos trabalhadores. É também secretário de Políticas Raciais Étnicas da Força Sindical e foi eleito vice-presidente regional da ICM para América Latina e Caribe.

Na Câmara dos Deputados é membro titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e suplente das Comissões de Finanças e Tributação; e de Minas e Energia.

Além disso, atuou como titular na Comissão Parlamentar de Inquérito de violência contra jovens negros e pobres, encerrada em julho deste ano, destinada a apurar os casos de violência, mortes e desaparecimentos de jovens negros e pobres no país.

Agenda

20/10

Audiência pública: Uso do aplicativo SimVida, que possibilita à população a denunciar situações de risco ou de acidente de trabalho

Horário: 14h30 **Local:** A definir

21/10

Audiência Pública: Discutir as demissões em massa e atrasos no repasse salarial dos funcionários das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Horário: 14h30 **Local:** A definir

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>